



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0004301-54.2014.8.17.0000 (0333835-0)
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: NADYJANE OLIVEIRA AMORIM
PACIENTE: JOSÉ LEONARDO VIDAL VASCONCELOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA ARAÚJO (CONVOCADO)
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DECRETO DESFUNDAMENTADO. IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DA MEDIDA PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI REVELADOR DE PERICULOSIDADE. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86/TJPE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – A segregação cautelar do Paciente se mostra necessária a fim de garantir a ordem pública, diante de sua periculosidade, “evidenciada pelo *modus operandi* empregado, uma vez que conforme descrito no auto prisão em flagrante o autuado supra teria encomendado a moto a pessoa de ‘ZE CARLOS’ há mais de dez dias e comprou a referida moto, sabendo ser roubada”. Portanto, necessária a prisão preventiva do Paciente como forma de garantir a ordem pública, requisito presente no art. 312 do CPP. Em assim sendo, inquestionável a ocorrência do delito e presentes indícios suficientes de autoria, não há qualquer ilegalidade no decreto preventivo que pese em desfavor do Paciente, pois se mostra suficientemente justificado, sendo inadequada, ao



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

presente caso, a aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

II – Eventuais condições pessoais não elidem a custódia cautelar, quando presente pelo menos um dos requisitos autorizadores da medida, como é o caso, tornando-se necessária a constrição do Paciente para garantir a ordem pública. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0004301-54.2014.8.17.0000 (0333835-0), no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0004301-54.2014.8.17.0000 (0333835-0)
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: NADYJANE OLIVEIRA AMORIM
PACIENTE: JOSÉ LEONARDO VIDAL VASCONCELOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA ARAÚJO (CONVOCADO)
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Nadyjane Oliveira Amorim, advogada, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **José Leonardo Vidal Vasconcelos**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, no âmbito do Processo nº 0003613-97.2014.8.17.1130.

Consta dos autos que o Paciente, no dia 22/03/2014, foi preso em flagrante, acusado de ter receptado uma motocicleta Honda Bros, Placa PEP 3450, vermelha, pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que teria sido roubada, sendo denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 180 do CPB.

Aduz a Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente padece de constrangimento ilegal por inexistirem os requisitos justificadores da prisão preventiva, sobretudo, considerando as condições subjetivas favoráveis do Paciente, que é primário e de bons antecedentes, motivo pelo qual faz jus ao benefício da liberdade



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

provisória ou à aplicação de medida cautelar diversa da prisão preventiva, nos termos do art. 319 do CPP.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 19/20**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 23/24**, acostadas dos documentos de **fls. 25/30**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pelo Procurador, por convocação, **Dr. José Correia de Araújo**, apresentou parecer às **fls. 38/39**, opinando pela denegação da ordem.

Em resumo, é o relatório.

Recife, 28 de maio de 2014.

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº: 0004301-54.2014.8.17.0000 (0333835-0)
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: NADYJANE OLIVEIRA AMORIM
PACIENTE: JOSÉ LEONARDO VIDAL VASCONCELOS
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA ARAÚJO (CONVOCADO)
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Quanto ao constrangimento ilegal, diante de decisão que não logrou demonstrar os pressupostos e motivos que autorizem a custódia preventiva do Paciente, não merece guarida.

A autoridade indigitada como coatora decidiu pela segregação do Paciente, apontando em sua decisão às **fls. 25/27**, e, posteriormente, às **fls. 29/30**, por ocasião do pedido de revogação do decreto preventivo, a necessidade da cautelar preventiva como forma de garantir a ordem pública, requisito esse previsto no art. 312 do CPP, nos seguintes termos:

"Relativamente aos seus fundamentos, é de se observar a necessidade da medida para garantia da ordem pública. Acautelar a ordem pública encontra-se fundamentada ante a periculosidade do autuado evidenciada pelo *modus operandi* empregado, uma vez que conforme descrito no auto prisão em flagrante o autuado supra teria encomendado a moto a pessoa de "ZE CARLOS" há mais de dez dias e comprou a referida moto, sabendo ser roubada. Nesta senda, acautelar a ordem pública se faz aqui imperiosa."

Anjf

3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Em assim sendo, indubitosa a ocorrência do delito e presentes indícios suficientes de autoria, não há qualquer ilegalidade no decreto preventivo que pesa em desfavor do Paciente, pois se mostra suficientemente justificado, sendo inadequada, ao presente caso, a aplicação de medida cautelar diversa da prisão, como pretende a Impetrante.

Ressalte-se, por fim, que as condições pessoais alegadas pela Impetrante não elidem a custódia cautelar, quando presente pelo menos um dos requisitos autorizadores da medida, como é o caso, tornando-se necessária a constrição do Paciente para garantir a ordem pública. Inteligência da Súmula nº 86/TJPE¹.

Cabe salientar, inclusive, que o Paciente responde, na Comarca de Orocó, ao Processo nº 273.54.2013.8.17.1010, pelo delito previsto no art. 217, do CP.

Assim, ante as considerações expostas, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de maio de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

¹ **Súmula nº 86:** As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.